DIÁRIO DE BORDO

ELEIÇÕES E PLANOS

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

A ESCOLA de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP) vem discutindo, em diversos eventos, os principais temas de interesse da sociedade que deverão ser objeto de questionamento aos candidatos à presidência da República nas eleições de outubro próximo. A ideia é abrir o debate em torno de questões centrais para o desenvolvimento do País sem apresentar uma visão formal da Escola, mas dando oportunidade ao posicionamento das diferentes forças políticas que se enfrentarão no pleito.

É assim que estão sendo trabalhadas, por exemplo, as ideias em torno das reformas essenciais, como a tributária, a previdenciária e a política. Da mesma forma, está sendo tratada a política comercial externa, sob os valores da Organização Mundial do Comércio (OMC), mas também considerando acordos bilaterais ou multilaterais que estão crescendo à margem desta instituição, além da onda neoprotecionista recentemente protagonizada pelos governos norte-americano e chinês e os seus reflexos globais.



O agronegócio não ficou de fora. Ao contrário, vem trabalhando ativamente para apresentar aos candidatos uma plataforma cuja ênfase é transformar o Brasil no campeão mundial da segurança alimentar. Destaca-se, nesse ponto, um conceito central: as entidades representativas do campo, associadas à Academia e a consultores respeitados, não estão alinhavando um programa de defesa do agronegócio – até porque a experiência em eleições passadas não o recomenda – e muito menos estão propondo um plano de governo para o mandato de quatro anos. Desta vez, está sendo desenhado um plano de Estado, uma estratégia para ações públicas e privadas para, no mínimo, dez anos.

A premissa é envolver todos os setores ativos do País neste plano, a partir do reconhecimento de que o indiscutível sucesso da agropecuária nacional não se dá apenas nas fazendas, não é exclusividade do rural, mas que, ao contrário, a relação com o setor urbano é siamesa, uma vez que as indústrias de insumos e equipamentos, as escolas que formam recursos humanos qualificados, os bancos, as seguradoras e as academias criadoras de inovação são todos urbanos, assim como as indústrias de alimentos e de embalagens, as empreiteiras que constroem a infraestrutura, as *tradings* e os supermercados. Portanto, o sucesso do agro na geração do Produto Interno Bruto (PIB), dos empregos e do saldo comercial e na redução da inflação e das taxas de juros deve ser compartilhado com todos os cidadãos brasileiros. Daí a ideia de que o plano contemple toda a macroeconomia, sob a ótica liberal, e ofereça propostas para políticas industrial, comercial, de logística, de tecnologia, de renda para as cadeias produtivas e de gestão, e tudo isso sob a égide rigorosa da sustentabilidade, entendida como elemento-chave para a nossa competitividade. Serão considerados aspectos como a regionalização – dada a diversidade do território – e a agroenergia, além de ser avaliada a necessidade de uma estratégia integrada de comunicação para dentro e fora do País.

Trata-se de um ineditismo orquestrado pelo agronegócio considerando essa interação entre o urbano e o rural, mas também entre o público e o privado, uma vez que até mesmo as formas de organização em cooperativas, associações e sindicatos estão sendo avaliadas, integrando igualmente atores pequenos, médios e grandes. ■